

VESTIDAS DE LUTA

Júlia Pereira Penna Gavazza¹

Centro Universitário UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Fernanda Bonizol Ferrari²

Centro Universitário UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Linha de Pesquisa: Roupas Memória

RESUMO

O presente projeto faz parte dos requisitos para a conclusão do curso Tecnológico em Design de Moda do Centro Universitário UniAcademia e consiste no desenvolvimento de uma coleção de moda a partir da pesquisa sobre a relação entre moda e feminismo. O trabalho busca estudar o movimento feminista, em uma perspectiva histórica a fim de compreender de que forma a moda, em seu papel social e político, foi utilizada como instrumento de protesto contra opressões e estereótipos construídos e naturalizados. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e imagética, em especial as autoras Simone de Beauvoir (2017) e Diana Crane (2006). Partindo de uma contextualização histórica do movimento feminista e a importância do vestuário e seu papel social, o texto se aprofunda em formas e momentos em que a moda foi base para debates, lutas e conquistas femininas. Como resultado da pesquisa, será desenvolvida uma coleção de moda, elaborados 5 modelos, apontando alguns momentos em que se percebe essa convergência. A essa coleção foi dado o nome **Vestidas de Luta**.

Palavras-chave: Design de Moda. Feminismo. Vestuário.

ABSTRACT

This Project is part of the requirements to complete the fashion design course at UniAcademia and consists in the development of a fashion collection based on the research of The relation between fashion and feminism. The Project seeks to study the feminist movement, in a historical perspective in order to understand how fashion in its social and political role, was used as na instrumento of protest against oppression and stereotypes constructed and naturalized. The methodology adopted was bibliographic and imagery research, especially the authors Simone de Beauvoir (2017) and Diana Crane (2006). Starting from a

¹ Discente do Curso de Tecnologia em Design de Moda do Centro Universitário UniAcademia.
E-mail: juliagavazza2@gmail.com

²Docente do Curso de Tecnologia em Design de Moda do Centro Universitário UniAcademia.
Orientadora. fernandaferrari@uniacademiajf.edu.br Campus Arnaldo Janssen.

historical contextualization of the feminist movement and the importance of clothing and its social role, the text delves into forms and moments in which fashion was the basis for debates, struggles and female conquests. As a result of the research, a fashion collection will be developed, five models elaborated, pointing out some moments in which this convergence is perceived. This collection was given the name Vestidas de luta.

Keywords: Fashion design. Feminism. Clothing.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto faz parte dos requisitos para a conclusão do curso Tecnológico em Design de Moda do Centro Universitário UniAcademia e consiste no desenvolvimento de uma coleção de moda a partir da pesquisa sobre A relação entre moda e feminismo.

O trabalho busca estudar o movimento feminista, em uma perspectiva histórica a fim de compreender de que forma a moda, em seu papel social e político, foi utilizada como instrumento de protesto contra opressões e estereótipos construídos e naturalizados. A partir desta leitura, serão elaborados cinco modelos para a coleção de moda **Vestidas de Luta**, apontando alguns momentos em que se percebe essa convergência.

A fim de situar o leitor sobre o objeto de pesquisa, inicialmente se apresenta uma contextualização histórica do movimento feminista, desde suas origens ao momento atual, a partir de sua divisão em ondas. Em seguida, é investigada a importância do vestuário e seu papel social, apontando formas e momentos em que a moda foi base para debates, lutas e conquistas femininas. Por fim, apresenta-se o resultado do trabalho, com a descrição dos modelos desenvolvidos para a coleção de moda e sua relação com o tema da pesquisa.

Para que seja possível o conhecimento mais aprofundado dessas questões, foi realizado um estudo a partir de referências bibliográficas e imagéticas, a partir de livros sobre as pautas debatidas, em especial as autoras Simone de Beauvoir (2017) e Diana Crane (2006).

2 O MOVIMENTO FEMINISTA

Segundo Alves e Pitanguy (1985), é difícil definir precisamente o que seja feminismo, pois este termo traduz um processo que tem raízes no passado, que

se constrói no cotidiano e não tem um ponto predeterminado de chegada. Para as autoras, o feminismo, enquanto movimento, procurou superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo e, ao afirmar que o sexo é político e constituído por relações de poder, propõe uma ruptura com os modelos tradicionais.

Para Perrot (2019), a configuração do feminismo é de um movimento que age em ondas e vai ganhando mais ou menos força em certos períodos. Isso se dá pelo fato de não se basear em organizações plenamente estáveis, apoiando-se em personalidades, grupos efêmeros e associações frágeis. Para a autora, essa instabilidade do feminismo se deve muito pelo movimento não emergir de forma unificada.

Historicamente são quatro as ondas feministas. O período que vai de meados do séc. XIX ao início do séc. XX é descrito como a primeira onda do feminismo. A segunda onda compreende as décadas de 1960 a 1980. A discussão atual compreende ainda as terceira e quarta ondas, mesmo não sendo um pensamento pacífico entre os autores que tratam do tema. A terceira, segundo McCann (2019), compreenderia a década de 1990 até 2010, já o movimento de quarta onda diz respeito a segunda década do séc. XXI em diante.

O conceito de feminismo só emergiu em 1837 para descrever um movimento com objetivo de conquistar igualdade social, econômica e legal entre os sexos, eliminar o sexismo e a opressão das mulheres. No entanto, a luta feminina é bem anterior a organização formal dos movimentos feministas. Na França nos séculos XVII e XVIII, marcado por revoluções, apesar da mulher participar ativamente do processo revolucionário, não teve seus direitos reconhecidos tal qual os dos homens. É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada, assumindo um discurso próprio que afirma a especificidade da luta da mulher (ALVES; PITANGUY, 1985). McCann (2019) indica que o discurso ganha mais força com o advento do iluminismo no final do séc. XVIII, quando mulheres pioneiras começaram a chamar a atenção para as injustiças que sofriam.

Ao analisar a primeira onda do movimento, Beauvoir (2017) afirma que as reivindicações feministas ganharam força e saíram do terreno teórico pela primeira vez devido a Revolução Industrial, em função da participação da mulher no trabalho produtor. Se por um lado, a industrialização fortalece o movimento,

por outro ele se mostra ainda mais dividido, uma vez que aumentou o abismo entre mulheres de classe média e de classe trabalhadora. Enquanto as primeiras faziam campanha por uma melhor educação, direito ao voto e acesso a trabalhos mais significativos, as trabalhadoras estavam mais preocupadas em melhorar suas condições de trabalho (MCCANN, 2019).

No início do séc. XVIII, panfletos e livros apontavam o comportamento ideal para as mulheres e as encorajavam a lerem livros, como a bíblia e trabalhos históricos. Isso proporcionou o aumento do número de mulheres que passaram a olhar além dos confins da vida doméstica, levando-as a se engajar em discussões intelectuais a fim de provar sua igualdade com os homens (MCCANN, 2019). Como Friedan (1971) relata, na primeira convenção em prol dos direitos da mulher em 1848, contestava-se o fato de que os homens obrigavam as mulheres submeterem-se a leis das quais elas não participaram da elaboração, lutando para que isso fosse alterado.

Por volta da metade da primeira onda, feministas na Grã Bretanha e nos Estados Unidos se uniram em um movimento maciço para conquistar o sufrágio, o direito ao voto, e ficaram conhecidas como sufragistas (MCCANN, 2019). O movimento abrangeu três gerações numa luta incansavelmente retomada, que adquiriu, nos últimos anos da campanha, uma feição mais violenta.

As sufragistas inglesas eram consideradas as mais radicais e suas manifestações envolviam greves de fome, prisões e outros grandes sacrifícios. Conhecida como a heroína do sufragismo, Emily Davinson, se jogou em frente do cavalo do rei George Albert, sacrificando sua vida pela visibilidade da causa. O movimento não era violento no todo, mas a simples presença de mulheres na rua, agindo em causa própria é subversiva e sentida como uma violência (PERROT, 2019).

Ainda assim, na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, por natureza, destinadas ao casamento e à maternidade e que as principais características femininas eram o instinto maternal, a fragilidade e a dependência (PINSKY, 2013). Esse pensamento leva Simone de Beauvoir (2017, posição 92) a analisar, mais tarde, que a pessoa do sexo feminino não é necessariamente mulher, “[...], mas cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”.

Dentre as manifestações que fizeram avançar a causa do feminismo no séc. XX, o movimento das Suffragettes se destaca. O termo foi adotado depois que um editor o usou em um jornal adicionando intencionalmente o sufixo 'ette', que torna um diminutivo para insultar o movimento, no entanto, em uma resposta, elas adotaram a zombaria como um distintivo de honra. Elas defendiam dois princípios: o de que as mulheres deveriam ter o direito ao voto nas eleições nos mesmos termos que os homens e que qualquer ação para atingir esse fim se justificava. Foi essa tática de protesto militante mais radical que as diferenciou das sufragistas, que eram mais pacíficas (MCCANN, 2019).

A Nova Zelândia em 1893 e a Finlândia em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto. Na Grã-Bretanha o movimento das mulheres conquistou o direito ao voto após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que no período da Guerra, elas suspenderam o movimento, para apoiar os esforços desse momento, considerando que a paz era necessária para a liberdade das mulheres. Em 1918, depois de muita luta, as mulheres acima de trinta anos e donas de propriedades adquiriram direito ao voto, sendo um marco na luta pelo sufrágio feminino, embora excluísse ainda a maior parte das mulheres. Levou mais dez anos até que o governo conservador estendesse o direito ao voto a todas as mulheres britânicas acima de 21 anos (MCCANN, 2019). Já no Brasil, foi em 1932, que as mulheres adquiriram o direito ao voto, de forma facultativa. Foi só com a promulgação da Constituição de 1934, que o direito feminino de se alistar foi transformado em dever (FARIAS MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

Segundo Friedan (1971), mais do que o direito ao voto, a luta feminina foi uma batalha contra o desprezo e a autodepreciação que há séculos atingiam a mulher. Mas, o fato é que, para as nascidas depois de 1920, o feminismo era caso encerrado, e assim, na segunda metade do séc. XX, o mundo da mulher estava novamente confinado ao seu próprio corpo e beleza e a mística feminina voltou a espalhar-se pelo país, retomando os velhos preconceitos e convenções.

Como afirmam Alves e Pitanguy (1985) é, com o final da Guerra e o retorno em massa da força masculina, que a ideologia de diferenciação dos papéis por sexo é fortemente reativada, retirando a mulher do mercado de trabalho para ceder lugar aos homens. Beauvoir (2017), denuncia tais condições e desigualdades, apontando suas raízes culturais ao escrever, em 1949, O

segundo sexo que, ao lado de **A mística feminina** de Betty Friedan de 1963, foram base para muitos pensamentos da segunda onda.

A segunda onda do feminismo ficou conhecida como Movimento de Libertação das Mulheres e, além de abordar a desigualdade entre homens e mulheres, aprofundava essa questão em muitos outros aspectos da sociedade, como sexualidade, religião e poder, mostrando a relação desses com a opressão às mulheres. Na turbulenta década de 1960, o feminismo se efetua no contexto do ativismo político dos direitos civis, passando a defender com mais força o respeito a liberdade sexual, a recusa dos modelos tradicionais de casamento e a contestação da lógica de dominação masculina (CALEIRO; GUSMÃO, 2012). Em um momento histórico de contestação e de luta, o feminismo ressurgiu como um movimento de massas que passa a se constituir em inegável força política, com enorme potencial de transformação social (ALVES ; PITANGUY, 1985).

Um conceito chave dentro da segunda onda era a ideia de que O masculino e o feminino são construções culturais adquiridas pelo processo de socialização, que condiciona os sexos a cumprirem funções específicas e distintas. Cada cultura apropria-se de um fator natural que marca uma distinção biológica entre sexo masculino e sexo feminino e os exacerba, naturalizando funções que são produtos de uma determinada socialização (JOAQUIM; MESQUITA, 2018). Segundo Beauvoir (2017, posição 997), “não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza”. É a partir desse pensamento que uma das mais famosas e potentes falas da autora se constrói:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 2017, posição 6243)

Para Michelle Perrot (2019), nesse período o feminismo lutou pela liberdade das mulheres e pela igualdade, ajudando-as a redescobrirem seu corpo, seu sexo, o prazer e encorajando a amizade e o amor entre as mulheres. Em 1970, a frase ‘O pessoal é político’ aparece na imprensa para sintetizar a

importância de se reconhecer e compartilhar as experiências das mulheres para despertar consciência (MCCANN,2019).

Essa onda adotou, no princípio em muitos países, uma metodologia revolucionária de divulgação de suas ideias, chamados de grupos de reflexão ou consciência. Esses grupos eram constituídos apenas por mulheres que se reuniam em suas casas ou em locais públicos para discutir problemas específicos das mulheres e se contrapor ao machismo vigente. Para cada reunião as componentes deveriam trazer outras participantes e quando o grupo ultrapassava vinte e quatro pessoas, era dividido formando novos grupos, espalhando a ideia por diversos lugares (PEDRO, 2013).

Um fato fundamental ocorrido nessa onda foi a chegada da pílula anticoncepcional em 1960, um avanço decisivo que significou, para muitas, o início de uma nova era de liberdade sexual e social sem precedentes. A pílula possibilitou as mulheres o controle sobre a gravidez, permitindo que limitassem o tamanho de sua família e se dedicassem a uma carreira. A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas (PEDRO, 2013). Como afirma McCann (2019), essas feministas exploram questões de sexualidade de forma que nenhuma feminista fizera antes, pois, para elas, as experiências pessoais das mulheres eram políticas.

O movimento de libertação feminina ganha força no Estados Unidos em 1968, quando feministas organizaram um protesto e foram em massa no concurso Miss América, com o objetivo de expor a objetificação das mulheres e denunciar o racismo do concurso. As protestantes foram para Atlantic City e ali desfilaram com faixas. Também montaram a lata de lixo da liberdade, onde jogavam fora uma variedade de itens associados à feminilidade como, sutiãs, cintas, sapatos de salto e exemplares da revista playboy. A intenção era colocar fogo na lata de lixo, o que, apesar de não ter acontecido, as manchetes de jornal noticiaram, construindo o mito que durou muito tempo de que as feministas eram queimadoras de sutiã (Figura 1) (MCCANN, 2019).

Figura 1 – Protesto Miss América



Fonte: Banco de dados Pinterest, 2020.

Uma das grandes pautas do movimento era o aborto. Em 1969, um protesto causou grande tumulto em uma audiência sobre reformas relativas ao tema. Ao perceber que dos quinze representantes a única mulher era uma freira, um grupo de manifestantes protestou para que as mulheres tivessem o direito de opinar sobre o assunto (MCCANN, 2019). Se em um primeiro momento, a morte materna pelo uso de métodos inseguros nos anos 1970 era pouco discutida como uma questão de saúde pública ou de direitos humanos, tornou-se uma bandeira do feminismo na luta por políticas públicas (DINIZ, 2013).

A violência contra a mulher também foi pauta do movimento, e segundo Lage e Nader (2013), é reconhecida em muitos países como um problema social, sendo plano de lutas incessantes para coibi-la e proteger suas vítimas, lutas essas que ganharam força nos anos de 1970. O direito tornou-se então um terreno essencial, sinal da democratização das relações entre os sexos. Agir no espaço público não é fácil para as mulheres e por isso a política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida (PERROT, 2019).

Ainda na segunda onda surgiu também o mulherismo, uma forma de feminismo que também observa a opressão baseada na raça e na classe social. Por mais que as mulheres negras tenham feito parte dos movimentos feministas, suas questões específicas, as das mulheres pobres e da classe trabalhadora foram muitas vezes ignoradas dentro da corrente principal do feminismo. Assim, em 1973, feministas negras formaram a Organização Feminista Negra Nacional (NBFO) como o objetivo de abordar o racismo e o sexismo.

A segunda onda se enfraqueceu anos 1980 e início dos 1990 por conta de uma onda de conservadorismo de direita e capitalismo livre, apontando um retrocesso em relação ao progresso social dos anos 1960 e 1970. No entanto, essas mesmas políticas conservadoras deram a muitas mulheres, especialmente negras de classe média, razões para protestar. E assim, ainda na década de 1990, surgiu a terceira onda feminista (MCCANN, 2019).

Essa onda, reconhecia as conquistas da segunda onda, mas queriam se aprofundar e analisar as questões de raça, gênero e classe, a fim de saber que grupos de mulheres estavam realmente incluídos na irmandade do movimento. Ângela Davis e Bell Hooks foram grandes nomes do feminismo negro, movimento que surgiu na segunda onda, mantendo sua força e militância na terceira e quarta onda.

Outro nome importante na terceira onda foi Judith Butler, segundo McCann (2019), especialmente nas discussões sobre de gênero. Segundo Butler, o gênero é criado a partir de uma repetição de atos que, quando observados juntos, sugerem uma identidade de gênero, atos esses chamados pela autora de 'performatividade'. Para a filósofa, uma pessoa não nasce com uma identidade de gênero que a leva se comportar de certa maneira, mas, é percebida como tendo uma identidade por causa do modo como se comportam (BUTLER, 2017).

O movimento de quarta onda diz respeito a segunda década do séc. XXI em diante. Para Mccann (2019), a linguagem do feminismo já estava estabelecida, mas a igualdade de gêneros que se esperava, ainda não havia sido conquistada. Abarcando um público cada vez mais jovem, foi com a internet, blogs, redes sociais e hashtags que espalharam e reascenderam as ideias feministas, lutando por antigos preconceitos que ainda atinge mulheres ao redor do mundo. Um exemplo marcante desse momento foi em 2011, no Canadá, “quando um policial aconselhou estudantes do sexo feminino a evitar se vestir como ‘vadias’ se não quisessem ser estupradas” (MCCANN, 2019, página 299). Em resposta, feministas canadenses organizaram a Marcha das vadias, que hoje ocorre em diversas cidades do mundo e lutam contra uma tendência dos tribunais em culpabilizar a vítima pelos trajes que esteja vestindo.

Assim, conforme apontam Alves e Pitanguy (1985), o feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem

a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinham-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.

3. MODA E FEMINISMO

Segundo Lurie (1997), por muito tempo os seres humanos tem se comunicado na linguagem das roupas, que assim como a fala, tem o significado pautado nas circunstâncias sociais.

[...] a moda pode ser reconhecida como um processo de metamorfoses incessantes e inconstantes, que renova as formas e linguagens. O vestuário consiste, assim, em uma linguagem constituída de significantes cujas conotações mudam constantemente, desvinculadas de seu contexto social específico (MESQUITA ;JOAQUIM, 2018).

Crane (2006) aponta que o vestuário possui um papel extremamente importante na construção social da identidade e, pautado nele, é possível estudar a história da humanidade em diferentes culturas e, por isso, as mudanças no vestuário e nos discursos acerca dele indicam mudanças nas relações sociais e tensões entre diferentes grupos sociais.

A roupa desenhada para mostrar a posição social daquele que a veste tem uma longa história. Assim como as línguas mais antigas estão repletas de formas de tratamento e saudações elaboradas, por milhares de anos determinados estilos de moda assinalaram uma classe (LURIE, 1997. P 129).

Em qualquer período, o discurso sobre vestuário inclui aqueles conformados com suas imposições e padrões sociais, que segundo Crane (2006), são primordialmente em relação aos papéis de gênero. Já os inconformados são aqueles que expressam as tensões a fim de contestar os conceitos amplamente aceitos a tomar novas direções e incluem-se nos grupos marginais, na busca por aceitação para maneiras de vestir fora dos padrões.

Para Perrot (2017) a moda, num misto de prazer e tirania, transforma e modela as aparências, e assim fez-se com a mulher durante séculos até que o

movimento feminista começasse a lutar pela liberdade do vestir. A história das mulheres partiu de uma história do corpo, corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado em sua própria sexualidade.

Para Molinier e Welzer-Lang (apud CARLOS et al, 2018), as relações sociais dos sexos são marcadas pela dominação masculina e é com base nisso que a sociedade determina qual seria o comportamento adequado para homens e mulheres. A humanidade é masculina, e o homem define a mulher relativamente a ele, não a considerando um ser autônomo. É nesse sentido que Crane (2006) argumenta que as maneiras de se vestir são sempre motivadas socialmente.

A moda imposta as mulheres do sec. XIX tinham fortes e claros elementos de controle social. O papel ideal da mulher de classe alta, de não trabalhar nem dentro nem fora de casa, refletia-se na natureza exagerada e nada prática das roupas, o que era muito problemático para mulheres de posições diferentes na estrutura social. A mulher que mantinha ocupações ou opiniões emancipadas, ao invés de um vestido enfeitado de rendas, podia usar um traje de linho ou lã, de corte simples, como uma blusa, gravata e um chapéu de palha que imitava os usados pelos homens. Mas, essa imitação era superficial. Por baixo dessas roupas, o espartilho era tão desconfortável e limitador quanto antes (LURIE, 1997).

As feministas veem a feminilidade imposta pelo vestuário como um conceito de padrões masculinos de aparência feminina, os quais enfatizam atributos físicos e sexualidade, estimulando as mulheres a olhar para si mesmas e para outras como os homens. Assim, a primeira e mais conhecida proposta de reforma de vestuário foi o traje apresentado por Amélia Bloomer (Figura 2), na década de 1850, que subvertia diferença entre os gêneros (CRANE, 2006). O traje era composto por calça em estilo pantalone, amarrada no tornozelo e uma túnica de saia longa que se estendia até logo abaixo do joelho usada por cima e um corpete mais simplificado e confortável que os tradicionais. Esse traje buscava dar liberdade e conforto às mulheres (MCKENZIE, 2010).

Figura 2 – Traje Blommer

Fonte : Banco de dados do Pinterest, 2020.

Crane (2006) relata que o grau de assédio à novidade foi tão alto que a maioria delas parou de usá-lo em público poucos meses depois de seu lançamento. O estilo Bloomer era visto como ameaça à ideologia de gêneros puros e em esferas separadas, com base no argumento que apagaria as distinções entre os sexos, e só foi ser aceito nos anos 1890 quando foi implementado para mulheres andarem de bicicleta (MCKENZIE, 2010).

A primeira onda do feminismo não liberou a maioria das mulheres das roupas volumosas e elaboradas do período. Entretanto, usar essas roupas não significava necessariamente a aceitação do *status quo* e algumas feministas as usavam deliberadamente para confundir ou desarmar seus adversários. Ao invés de se vestir de maneira considerada masculina para ir aos protestos, elas escolhiam suas melhores roupas, as consideradas mais femininas, e assumiam isso como estratégia para desarmar seus críticos (figura 3). Na falta de outras formas de poder, elas usavam símbolos não verbais como meio de se expressar, como o vestuário (LURIE, 1997).

Figura 3 – Protesto feminista no séc. XVIII



Fonte – Banco de dados do Pinterest, 2020.

Ainda nesse período, com o intuito de atribuir unidade e uma referência às integrantes do movimento sufragista, a editora chefe do jornal *Votes for Women* e líder do movimento, Emmeline Pankhurst escreveu a respeito das cores que passariam a representá-las. O roxo, por ser a cor real, representando o sangue real que flui nas veias das sufragistas, a liberdade e a dignidade; o branco, representando a pureza na vida privada e pública; o verde representando a esperança e a primavera (LETENSKI; SENA, 2017). E, assim, essas três cores passariam a ser integradas em ornamentos, cartazes, vestuário e em toda e qualquer propaganda ou objeto que fazia referência ao movimento sufragista do início do século XX.

A cultura dominante identificava as mulheres com suas roupas femininas e a questão do vestuário era muito importante para a imagem pública das sufragistas. Nessa época havia, de fato, dois estilos de roupa para mulheres: a da moda dominante e o estilo “alternativo”. Esse segundo foi largamente adotado e incorporava itens de vestuário masculino, porém sempre em conjunto com peças femininas da moda. Uma das peças mais usadas, pela sua simbologia, era a gravata, constituindo uma expressão de independência feminina, apontada como peça central do uniforme feminista da década de 1890 (CRANE, 2006).

Os críticos ao movimento e a imprensa representava-as como mulheres masculinizadas e amarguradas, que haviam perdido sua feminilidade pelo uso de roupas masculinas. Assim, eram desenhadas por escritores satíricos e

cartunistas da época usando calças (Figura 4), em uma tentativa de promover uma imagem ruim às integrantes do movimento feminista (CRANE, 2006). Apesar de muitas militantes adotarem o estilo alternativo e suas simbologias, a forma radical de exposição dos seus opositores e da imprensa afastavam muitas do movimento.

Figura 4 – Coleção cartões postais de sufrágio de Catherine Palczewski



Fonte – Palczewski, 2020.

Ainda no início do século XX, no período de 1910 a 1914, ocorreu o primeiro conflito mundial, que como qualquer conflito precede uma mudança de costumes. Dessa forma, a moda do período sofreu algumas modificações, devido, principalmente, à necessidade de a mulher assumir espaços tradicionalmente ocupados por homens (JOAQUIM; MESQUITA, 2018). Tendo o ideal feminino modificado durante esse período e adquirido uma pauta mais progressista para as mulheres na década seguinte (CRANE,2006).

Apesar de os anos 1920 serem classificados como anos de ruptura, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que houve uma verdadeira modificação nas relações masculino/feminino, pois, apesar das mudanças trazidas no período de guerra, ainda na década de 1950 acreditava-se na ideologia de diferenciação de papéis sociais e na crença de identidades de gênero fixas, fundamentada em fatores biológicos. Dessa forma, o vestuário ainda se apresentava como um elemento de controle social por meio do qual a ideologia dominante se impunha. O período das duas guerras mundiais contribuiu para desestabilizar os papéis sociais de gênero, uma vez que

possibilitou integrar a mulher à sociedade pela necessidade de substituir a mão de obra masculina na indústria (JOAQUIM; MESQUITA, 2018).

Após a Segunda Guerra, com o retorno dos homens ao mercado de trabalho, a nova imagem de que a mística feminina reveste a mulher é também uma velha imagem, sob roupagens sofisticadas faz de certos aspectos concretos finitos, domésticos da vida feminina (FRIEDAN, 1971). Assim, as feministas do final da década de 1960 e da década de 1970 opunham-se fortemente a tais roupas da moda (CRANE, 2006).

A silhueta feminina e a moda que permearam os anos de 1960 e 1970 foram símbolo de uma mudança no comportamento da mulher. A roupa libertava o corpo, a silhueta magra e esguia afrontava a feminilidade padronizada dos anos pós-guerra. Dessa forma, as mulheres romperam alguns padrões e a incorporação de alguns elementos no vestuário, como a calça, pode ser vista como forma de protesto à sociedade conservadora.

Figura 5 – Segunda onda feminista, 1960, EUA.



Fonte – Banco de dados do Pinterest, 2020.

Nas décadas da segunda onda feminista, a transformação da moda ocidental foi radical. A partir desse período não houve mais uma proposição de moda unívoca, mas uma diversificação de estilos como referências de moda. De maneira geral, os anos de 1960 e 1970 foram caracterizados por um período de inúmeras transformações na sociedade, no qual a juventude se manifestou e se impôs. Houve dois elementos marcantes nesse período: a passagem da silhueta rígida e geométrica da minissaia por linhas longas e desestruturadas, e a

crescente adoção de uma roupa de aparência masculina ao visual da mulher, que almejava se firmar como independente e trabalhadora, fazendo, assim, o uso constante de calças e paletós, como corte masculino (JOAQUIM; MESQUITA, 2018).

As roupas desempenham papéis importantes na manutenção da visibilidade de discursos alternativos de papéis de gênero. Para as mulheres, as roupas eram no séc. XIX e ainda o são hoje, expressões poderosas das hegemonias de gênero. Uma forma de compreender os efeitos hegemônicos do vestuário é analisar os discursos que o envolvem, mais especificamente as controvérsias e os conflitos acerca da expressão de gênero em vestuário, que mudam de uma época para a outra (CRANE, 2006).

Com inúmeras vitórias e grandes avanços no espaço público, finalmente as mulheres podiam sentir-se liberadas e libertadas. E o movimento feminista proclamou que elas eram, enfim, donas de seus corpos (CALEIRO; GUSMÃO, 2012).

4 VESTIDAS DE LUTA

A coleção **Vestidas de Luta** foi desenvolvida a partir da pesquisa sobre a história do movimento feminista e sua relação com o vestir feminino, onde buscou referências para o desenvolvimento de uma coleção de moda. Trata-se de uma proposta que visa a criação de modelos para marca fictícia **Gavazza**, voltada para um nicho comercial que tem como alvo o mercado feminino, de perfil jovem e que se interessa por moda e tendências. Assim, levando em consideração o estilo comercial e atual da marca, a coleção buscou conjugar elementos do tema e propostas de tendência previstas para a coleção Primavera/ verão 2020/21 para o desenvolvimento da coleção.

Os recortes históricos escolhidos buscam demonstrar a importância atribuída ao vestir feminino e sobre domínios e efeitos que a moda exerce sobre as mulheres. Simmel (2008) escreve, já em 1911, que o fato de a moda expressar e estimular, ao mesmo tempo, igualdade e individualidade, imitação e distinção, provoca nas mulheres uma relação de dependência, uma chancela sobre suas escolhas. Assim, a moda perpassa, a todo momento, pela trajetória do movimento feminista. Ora cercada por regras e padrões, ora usadas como

instrumentos de libertação, inegável é que a moda feminina e suas tendências estão diretamente relacionadas ao poder de escolha, uma vitória feminista.

O primeiro modelo faz referência à feminista Amélia Bloomer, que na década de 1850, coloca em debate os riscos à saúde proporcionados pelos espartilhos e a natureza restritiva dos trajes usados pelas mulheres. A ativista propõe, então, um novo estilo de vestir que buscava dar liberdade e conforto às mulheres a partir do uso de calças e túnicas. Assim, o modelo foi desenvolvido conjugando a liberdade que a calça proporcionava e limitação imposta pelos espartilhos em um mesmo modelo, uma ambiguidade tão presente na história social da moda.

O segundo modelo da coleção, traz referências das sufragettes, as mulheres radicais que lutaram ativamente pela conquista do sufrágio feminino. Representantes do que Crane (2013) chama de estilo alternativo, muitas delas incorporavam itens de vestuário masculino, em conjunto com peças femininas da moda, constituindo uma expressão de independência e a gravata como uma das peças mais usadas pela sua simbologia.

Já no final do século XX, essa tática é novamente acionada pelas mulheres, quando assumem o conjunto de calça e paletó como roupa de trabalho em cargos de gerência e chefia. Essa apropriação do masculino foi resgatada para o desenvolvimento do segundo look, através de uma modelagem ampla em um conjunto de colete e bermuda, que seriam considerados, em outras épocas, peças masculinas.

Para rebater essa imagem de feministas como mulheres masculinizadas, as líderes do movimento desenvolveram um código de vestuário para suas ativistas, código esse que inspirou a terceira criação da coleção. Segundo o código, as protestantes deveriam utilizar roupas consideradas extremamente femininas, para contestar aquilo que era dito por seus opositores. Hoje essa hiperfeminilidade é entendida por Judith Butler (2017) como uma performance de gênero que reitera práticas socialmente atribuídas. Nesse sentido, foi desenvolvido um vestido longo ajustado, com manga volumosa e babados, em referências a esses estereótipos de feminilidade.

O quarto look representa a liberdade conquistada pela mulher, especialmente na segunda onda feminista, conhecida como Movimento de Libertação das Mulheres, de usar calças. A famosa modelagem bifurcada foi, por

séculos, item exclusivo do guarda roupa masculino, cabendo as mulheres seu uso apenas como roupa de baixo, mas, segundo Crane (2006) na década de 1970, as feministas propuseram formas alternativas de vestir para substituir os estilos em voga, especialmente vários tipos de calças, usadas com outras roupas simples e informais.

O quinto modelo busca, em um dos momentos mais emblemáticos da causa feminista do século do XX, as referências para sua contração: O protesto de 1968 no Miss América, onde as mulheres marcharam contra os estereótipos femininos a todo tempo reiterados no concurso, lançando em uma lata de lixo, objetos femininos símbolos de opressão. O sutiã ganhou protagonismo nesse evento, quando a imprensa noticiou que elas haviam lançado seus sutiãs ao fogo, caracterizando as feministas como 'queimadoras de sutiã'. Assim, a polêmica peça ganha destaque neste modelo, que deixa seus aros em evidência, ao invés de ocultos sob as roupas.

Deste modo, apontando apenas alguns recortes de uma luta secular e que ainda segue forte e crescente, o que se busca demonstrar é que a possibilidade de cada mulher escolher o que vestir é fruto da liberdade feminina conquistada através do Movimento feminista, e que nessa luta, não podem permanecer padrões e regras: feministas são mulheres diversas, com estilos diversos, e que graças as lutas das que lhe antecederam são livres para se vestirem como quiserem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado sobre o movimento feminista e sua relação com a indumentária feminina, foi possível compreender o papel social que a moda exerce e a relação dessa com o feminismo. O fato de a moda constituir uma forma de comunicação não verbal, e ter seu significado pautado em circunstâncias sociais, indica que muitas das mudanças no vestuário e nos discursos acerca dele, podem acarretar mudanças, tanto nas relações quanto nas tensões entre diferentes grupos. É justamente nesse contexto que a relação entre moda e feminismo se estabelece.

O movimento feminista, surgido ainda no século XIX, permanece forte, ativo e crescente, atingindo um público cada vez mais jovem e diverso, lutando

pelos direitos e liberdade femininas, em uma sociedade que até os dias atuais ainda julga as mulheres por suas escolhas de vestuário. O resgate do movimento feminista, em uma perspectiva histórica através de suas quatro ondas, buscou demonstrar como a imposições de padrões e normas que ainda se impõem sobre o corpo e o comportamento da mulher só não maiores e mais duras por conta da luta feminista. Foram as feministas que deram o primeiro passo para a libertação do corpo feminino, luta essa cujas suas conquistas refletem hoje na liberdade de escolha da mulher.

Através da pesquisa, pode-se perceber que esta relação, moda e feminismo, nem sempre foi pacífica. Se por um lado, a moda pode ser lida como uma forma de opressão, por outro, serve de como um forte instrumento de luta e libertação. Em suas pautas, o feminismo construiu, com o vestir feminino, uma história de combate, aliança, transformações e conquistas.

A coleção **Vestidas de Luta** buscou justamente isso, reconhecer nas raízes do feminismo, e em seus momentos de convergência com a moda, que a atual liberdade de escolha da mulher sobre o vestuário, é fruto dessa luta, iniciada ainda no século XIX, é tão necessária ainda hoje.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Vol. 2. Tradução por: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. *E-book*

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALEIRO, Regina; GUSMÃO, João. História, corpo, moda e questões sobre o feminismo, **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 53, abr. 2012

CARLOS, Rebeca de Oliveira Bento, et al. **Feminismo**: a roupa como forma de protesto. Anais do XIV Colóquio de moda. Paraná, 2018. Disponível em <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>> Acesso em 14 jun. 2020.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade nas roupas. Tradução por : Cristiana Coimbra. São Paulo: Senac, 2006.

DINIZ, Débora. Três Gerações de mulheres. In: PINSK, Carla B. e PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

FARIAS MONTEIRO, K.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563>>. Acesso em 11 de jun. 2020.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1971.

JOAQUIM, Juliana Teixeira; MESQUITA, Cristiane. **Rupturas do vestir:** articulações entre moda e feminismo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 6, n. 8, p. 643-659, out. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/14040/9145>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSK, Carla B. e PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LETENSKI, Juliana; SENA, Taísa Vieira. **As sufragistas:** moda e discurso político. Anais do XIII Colóquio de moda. Paraná, 2017. Disponível em <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>> Acesso em 14 jun. 2020

MACKENZIE, Mairi. **Ismos**, Para entender a moda. São Paulo: Editora Globo, 2010.

MCCANN, Hannah (et. al) **O livro do feminismo**. Tradução Ana Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

PALCZEWSKI, Catherine H. **Postcard Archive**. University of Northern Iowa. Cedar Falls, IA. Disponível em <https://sites.uni.edu/palczews/NEW%20postcard%20webpage/NAWSAcomic.html>. Acesso em 26 jun. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSK, Carla B. e PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. In: PINSK, Carla B. e PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

SIMMEL, George. **A moda**. Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 163-188, abr/ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp->

content/uploads/2015/01/07_IARA_Simmel_versao-final.pdf> Acesso em: 14 de jun. 2020